

POLÍTICAS LOCAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR NO MACIÇO DE BATURITÉ – CE – BRA

Msc. Anna Erika Ferreira Lima – Professora do IFCE – Campus Avançado de Baturité

Dr. José Levi Furtado Sampaio – Professor Associado II do Departamento de Geografia – UFC

Msc. Danielle Rodrigues da Silva – Professora Substituta do Departamento de Geografia – UFC

Resumo

A discussão da Segurança Alimentar e Nutricional está envolta às políticas públicas que apresentam como objetivo a busca pela inclusão social. Assim, o artigo visa trilhar um percurso investigativo sobre a eficácia das políticas públicas voltadas para articulação de redes de segurança alimentar existentes no município brasileiro de Baturité, tendo como foco elevar as condições de renda e de emprego na agricultura familiar à exemplo do estabelecimento e incentivo à arranjos territoriais vinculados à agricultores familiares que desenvolvem sua pequena produção sobre uma base agroecológica na Região Maciço de Baturité no Estado do Ceará, os quais fornecem alimentos perecíveis para a alimentação escolar em creches e cozinhas de hospitais. Essas políticas configuram-se como eixo articulador e sistêmico, por meio do qual se desenham intervenções sociais focadas na participação, na relação poder público e sociedade civil, na partilha de poder e em mais uma série de outras vertentes, por possuírem concretude analítica. Os percursos em curso pautados na segurança alimentar e nutricional têm contribuído para a constituição de uma nova organização do espaço, bem como para inclusão social, gerando possibilidades de emprego e renda, além da melhoria da qualidade alimentar de diversos atores sociais envolvidos.

Palavras – Chave: segurança alimentar, políticas públicas, agricultura familiar
Eixo Temático: Abordajes de la geografía política, económica e histórica

INTRODUÇÃO

Conforme Josué de Castro (2001), uma série de pesquisas bem orientadas nas mais diferentes regiões da terra acerca das condições de nutrição dos povos, passou a orientar um reconhecimento dos expressivos erros da nossa civilização. “A demonstração mais efetiva dessa mudança de atitude universal, versou pela realização da Conferência de Alimentação de Hot Springs (1943), a primeira das conferências convocadas pelas Nações Unidas, a qual tratou de problemas que estavam ligados à reconstrução do mundo de após-guerra. Castro (2001) destaca que um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto.

O fato é que a alimentação do povo brasileiro tem-se revelado, conforme diversas pesquisas sociais desenvolvidas, com qualidades nutricionais expressivamente precárias, “apresentando, nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos” (CASTRO, 2001, p.34). Para Oliveira; Oliveira (2008), a crescente ênfase na temática de educação alimentar e nutricional decorrida da estratégia Fome Zero e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, bem como da mudança no perfil de morbi-mortalidade da população, tornou fundamental a reflexão sobre sua configuração enquanto ação governamental. Evidentemente que tais ações devem apresentar um viés educativo, de inclusão social, cuja importância versa por promover a autonomia dos sujeitos sociais envolvidos, respeitando as culturas alimentares e valorizando a história alimentar e a diversidade regional, ao mesmo tempo em que reconheçam os saberes populares e fomentem a biodiversidade local (OLIVEIRA;OLIVEIRA, 2008).

Acreditamos na tese que as políticas de segurança alimentar estando ligadas aos valores fundamentais da população, supondo quatro esferas de atuação e áreas temáticas de intervenção – produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos, poderão contribuir diretamente para o desenvolvimento de produção de qualidade, mantendo a atividade produtiva (*resistência camponesa*).

Assim, essas ações poderão permitir que o pequeno agricultor se mantenha na atividade agrícola e desenvolva a agricultura cada vez mais voltada para a conservação ambiental e para a saúde humana, por conta das exigências efetivadas sobre seu trabalho e pela preocupação com a qualidade do produto e a preocupação com conservação da natureza.

Nesse contexto o artigo visa trilhar o percurso investigativo sobre a eficácia das políticas públicas voltadas para formação de redes de segurança alimentar formadas no município de Baturité, no Estado do Ceará, as quais têm foco elevar as condições de renda e de emprego na agricultura familiar a exemplo do estabelecimento e incentivo a arranjos territoriais vinculados a pequenos agricultores familiares que desenvolvem sua produção sobre uma base agroecológica na Região do Maciço de Baturité – CE, os quais fornecem alimentos perecíveis para a alimentação escolar, creches e cozinhas de hospitais.

Neste artigo abordamos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outros programas compõem a rede de segurança alimentar, mas não envolvem diretamente os agricultores familiares.

O caso do Maciço, especificamente do município de Baturité, se faz interessante porque é produto de ações exitosas e que junto à outras experiências no Brasil têm avançando e se tornado exemplos para outras regiões. Tal assertiva comunga diretamente com a questão de estar sendo fomentada a agricultura familiar de assentados e pequenos produtores na agenda municipal, sendo efetivadas parcerias com o governo federal, que versam sobre: a) venda direta dos produtores aos consumidores locais (programas como “direto do campo” e o “programa de aquisição de alimentos locais do governo federal”); b) integração das produções de alimentos da agricultura familiar a projetos de âmbito local (alimentação escolar).

2 ANÁLISES

2.1 Metodologia

Para atingir os objetivos destacados, a pesquisa foi dividida em etapas que versarão sobre: Revisão bibliográfica sobre o assunto; Formação

de grupos de estudo sobre as temáticas de interesse; Conhecimento da realidade, através de atividades de reconhecimento de campo à feiras – livres (inicialmente a de Baturité); entrevistas semi-estruturadas para compreensão da organização do espaço social estudado; conversa com moradores idosos das localidades e aplicação de 39 questionários junto à pequenos produtores rurais.

Esses diálogos históricos poderão colaborar com o reconhecimento da cultura e hábitos alimentares da região, posto que até o presente não detectamos registros que tratem essa questão de forma sistemática.

O embasamento técnico da pesquisa não se limitou a livros acadêmicos, mas, em experiências apresentadas em congressos, artigos técnicos publicados em revistas especializadas e matérias sobre o assunto publicadas em periódicos locais ou na Internet. Convém ressaltar que, para operacionalização da pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de informações / dados: levantamentos bibliográficos, a fim de aprofundar o referencial teórico; discussões em grupo de estudo, a fim de receber contribuições de colegas que estudavam temas correlatos; conversas informais e entrevistas semi-estruturadas¹ junto à representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSAD), secretário de agricultura de Baturité, entre outros.

A revisão de literatura e análise de dados secundários foi efetivada junto a grupos de discussão, formados por professores, alunos e interessadas nas temáticas ambientais como: gestão ambiental, educação ambiental, geografia, e outros.

Registros fotográficos atuais foram importantes para a constituição do documento. Ademais, essa pesquisa proporcionará orientação para a comunidade com vistas a constituição de uma estrutura que proporcione sensibilização ambiental àqueles que frequentam os espaços identificados e o conhecimento sobre as políticas públicas de soberania alimentar implementadas na região e a agricultura familiar no Maciço de Baturité.

¹ Essa é uma modalidade de entrevista, na qual o entrevistado fala sobre tópicos relacionados a um tema específico, definido previamente pelo pesquisador. Nele, recomenda-se que seja observada uma seqüência lógica de pensamento, para que o roteiro seja compreensível ao entrevistado, procurando obter respostas de maneira clara, facilitando sua análise. Essa modalidade de entrevista é mais aberta que a estruturada, e possibilita maior flexibilidade nas respostas e nas falas, o que pode contribuir com o enriquecimento de dados para pesquisa. (MATOS; VIERA, 2001, p. 63).

3.2 Desenvolvimento

3.2.1 Fome e Segurança Alimentar– um debate em pauta.

O debate sobre Segurança Alimentar ganhou espaço na sociedade a partir do final da Segunda Guerra Mundial, sendo que essa discussão surge dentro da ideia que a questão alimentar estava diretamente relacionada à capacidade produção agrícola. Essa assertiva corrobora com o entendimento sobre o fortalecimento do argumento da indústria química na defesa da Revolução Verde, a qual promoveu a dissipação do uso de agrotóxicos e fertilizantes agrícolas como forma de aumentar as produções.

Para Maluf; Menezes (2006) Tal construção se manteve até a década de 1970, quando ocorreu a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, organizada pela FAO (1974). A conjuntura política da época preconizada que os estoques mundiais de alimentos estavam substancialmente escassos, com quebras de safra em países expressivamente produtores.

Para Pessanha (2000), a noção de Segurança Alimentar incorpora dimensões nas esferas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, diretamente vinculadas ao direito de acesso ao alimento; à produção e oferta de produtos alimentares; à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; à conservação e controle da base genética do sistema alimentar e; às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento.

Essa discussão está envolta à demanda de se trabalhar a questão da fome e da pobreza extrema que acomete diversas regiões do Brasil. O que está em voga e se sabe é que a fome e a desnutrição são flagelos existentes nas populações em estado de extrema pobreza, decorrentes da ausência ou mesmo inoperância de políticas públicas sociais que venham assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) enquanto elementos fundamentais para garantir o direito à cidadania. Adentrar nesse debate é se deparar com preconceitos e resistências, posto que a fome como tema proibido, parafraseando Josué de Castro, fora por muitos séculos um verdadeiro tabu dentro das discussões políticas.

Vale ressaltar que,

[...] a fome não é um produto da superpopulação: a fome já existia em massa mesmo antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra. Apenas esta fome, que dizimava as populações do Terceiro Mundo, era escamoteada, era abafada, era escondida. Não se falava do assunto que era vergonhoso: a fome era um tabu (CASTRO, 2003, p. 47)

Ou seja, como afirmara Singer (1981), é inegável a existência da burguesia gerencial que monopoliza a propriedade dos meios de produção e controle social, entendendo-se por propriedade o domínio efetivo desses meios. Essa burguesia não tinha interesse dessa problemática acometer seus territórios de poder. Hoje, entretanto, “[...]já se fala abertamente e o problema transformou-se num grande escândalo internacional. Não só a fome existia antes, mas também existe hoje em regiões que estão longe de ser superpovoadas” (CASTRO, 2003, p.47).

O fato [...] é que a fome é, regra geral, o produto das estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais insuperáveis (CASTRO, 2003, p. 51). Os dados apresentados pelo Mapa da Fome (2006), no qual 53 milhões de pessoas viviam, em 2003 em situação de insegurança alimentar grave só na América Latina. No Brasil, em 2004, 72 milhões de pessoas enfrentavam algum tipo de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave)

Para Almeida at. all (2010), segundo dados do IBGE (2004), 93,7 milhões, aproximadamente 40% da população brasileira, estava na faixa de insegurança alimentar em diferentes escalas. Desagregando a informação por situação do domicílio, tem-se um retrato alarmante do meio rural brasileiro – cerca de 50% dos brasileiros aí residentes encontravam-se em situação de insegurança alimentar. (ALMEIDA at all, 2010, p.427).

Não se pode afirmar que o Maciço de Baturité é o que Josué de Castro definiria como “área de fome”, ou seja, aquelas em que pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações de carência no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmicas), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome) (CASTRO, 2001, p.35). Entretanto, o que se pode apreender é que dentro do mosaico alimentar brasileiro, essa área mesmo apresentando carência econômica que levaria à transitoriedade dessa problemática, não é o elemento que instigou à

implantação da política de soberania alimentar. Como outrora falado, a discussão é de garantia alimentar e nutricional, ou mesmo de manutenção econômica, sobre a segurança dos gêneros alimentícios daqueles acometidos pela condição de pobreza extrema, que necessitam da aquisição desses gêneros para sanar as necessidades nutricionais prementes.

É importante também frisar que a insegurança alimentar não está relacionada apenas à crise no sistema de produção agrícola ou mesmo nas formas de aquisição de alimentos, mas também as guerras e os seus reflexos sobre a capacidade de produção, bem como a situação de bloqueio econômico, a exemplo da África.

Pode-se observar:

No cenário político das últimas décadas a desigualdade social e a pobreza vêm se aprofundando a partir de um modelo alicerçado na política neoliberal que acentua a cisão entre as políticas econômicas e sociais; fragiliza o Estado como instância reguladora, cedendo lugar à lógica do mercado; promove uma reestruturação produtiva que precariza e desestabiliza o mercado de trabalho; e desqualifica a política como instância de embates, de expressão de conflitos e de construção de consensos.

Para Campanhola; Graziano da Silva (2000) o desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que se processe “de baixo para cima”, com a participação efetiva dos atores sociais. O fato é que defender que estimular a ampliação de vínculos sociais e mobilizar as energias necessárias para redução da pobreza é fundamental na perspectiva de dar sentido maior à noção de desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 2003).

Nessa lógica têm-se os objetivos das políticas de segurança alimentar, os quais devem estar ligados a valores fundamentais da população tendo em vista a garantia da garantia nutricional à sociedade, supondo quatro esferas de atuação e áreas temáticas de intervenção – *produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos*. (ALMEIDA et al., 2010, p.427).

Castro (2003) defende em seu livro “Fome um Tema Proibido”, que

[...] a solução para a problemática da fome não está relacionada com a diminuição dos efetivos humanos em nosso planeta, mas sim em habilitar estes efetivos a utilizarem racionalmente os recursos potenciais que a natureza põe à sua disposição e que o conhecimento científico permite aproveitar em escala infinitamente mais elevada do que a alcançada em nossos dias (CASTRO, 2003, p.53-53).

A pesquisa tenta expressar o exemplo de articulação e constituição da rede organizacional em torno de programas municipais de segurança alimentar local. Assim, incentivados pelo governo federal, e organizados politicamente á nível municipal, pequenos agricultores familiares locais fazem parte de uma rede “com elementos cristalizados de capital social tendo como instrumento dinamizador o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal” (ALMEIDA at all, 2010, p. 425).

3.3.2 O Programa de Aquisição de Alimentos e o caso do município de Baturité – CE - BRA

Para o Secretário de Agricultura de Baturité,

[...] o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) colaborou para o incentivo do pequeno agricultor familiar, para que esse pudesse continuar desenvolvendo a produção (Entrevista realizada em fevereiro de 211).

Para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo Artigo 19, da Lei 10.96/2003, é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

A implementação do PAA ocorre por meio de cinco modalidades, cujas parcerias perpassam pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), governos estaduais e municipais. No caso de baturité existem ações ligadas à CONAB, mas focamos na modalidade municipal. Segundo o MDS, para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo sua identificação feita pela Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Conforme o Secretário de Agricultura do município de Baturité, atualmente existem 127 agricultores ligados ao PAA, desses apenas 10 não fazem parte do município de Baturité, sendo esses de Aracoiaba, pois os mesmos produzem iogurte, gênero o qual não é produzido pelos agricultores

familiares locais (Técnico Agropecuário da Secretaria de Agricultura de Baturité, entrevista realizada em fevereiro de 2011).

Para o Técnico em Agropecuária, da Secretaria de Agricultura municipal, Wanderley Macário, no início do Projeto, em 2009, era o município quem procurava os agricultores e divulgava o programa. Hoje esses pequenos produtores cadastrados procuram a Secretaria de Agricultura de Baturité.

Hoje já estamos na segunda etapa do Projeto. São três etapas e os resultados são positivos. Os produtos estão cada vez melhores e o acompanhamento dos produtores familiares têm se dado de forma mais próxima (Técnico em Agricultura Orgânica, Entrevista realizada em fevereiro de 2011).

Dentre os indicadores qualitativos do PAA em Baturité estão:

Público-alvo: Pequenos agricultores e assentados que praticam agricultura familiar

Preços dos produtos: Determinados pelo Grupo Gestor não podendo ultrapassar o preço do mercado local

Principais produtos: hortaliças (cheiro verde, cebolinha, coentro), frutas (manga, acerola, banana), mandioca, milho, pimentão, rapadura de caju, peixe tilápia, galinha caipira, carne de gado, mel, bolo, iogurte, ovos.

Produtos intermediários: Frutas e legumes de época

Nº de produtores: 127

Característica predominante: Escoar produtos da agricultura familiar e atender à população em risco de insegurança alimentar

Ponto de entrega: Secretaria de Agricultura de Baturité.

Frequência: Semanalmente. Cada produto deve ser entrega uma vez por semana.

Produtos mais desperdiçados: manga, banana, tangerina, acerola, mamão, fava, arroz, caju

Entidades beneficiadas: 19 entidades - Associação de Escolas, Conselhos escolares, escolas públicas municipais, creches, hospital público.

Localidades das entidades beneficiadas (Baturité): Canudinho Viana, Serra do Evaristo, Oiticica, Candeia de São Sebastião, Sede, Jesuítas, Açudinho, entre outros.

Total de pessoas beneficiadas: 7.916

Segundo o Secretário de Agricultura de Baturité, a equipe ligada a referida secretaria atua diretamente para o bom funcionamento do Programa, tendo em vista a necessidade da aquisição de gêneros alimentícios de qualidade e uma parceria positiva junto aos pequenos agricultores familiares.

Mas para isso acontecer são realizadas sistematicamente reuniões para sensibilização dos pequenos agricultores; são feitos treinamentos para que esses produzam geléias, polpas e doces de qualidade proporcionando, assim, uma capacitação para complementação da renda familiar (Secretário de Agricultura de Baturité, entrevista realizada em fevereiro de 2011).

Tal depoimento confirma o que Almeida et al (2010) destaca, ou seja, A segurança alimentar vai além do acesso à renda porque deve ser reconhecida como recurso fundamental de inclusão social. No entanto, para um dos representantes do CONSAD na região, esses programas de segurança alimentar apresentariam sucesso mais expressivo se a unidade administrativa municipal responsável por sua implementação fosse forte na perspectiva de sua estruturação política local.

Sabe...é necessária organização política do articulador. Não para a prefeitura trabalhar sozinha e nem o CONSAD sozinho. Tem que haver uma união, compromisso e apoio...acompanhamento...junto ao pequeno agricultor familiar. Principalmente com aqueles que estão iniciando na agricultura orgânica ou têm interesse em iniciar na agricultura orgânica (representante do CONSAD, entrevista realizada em março de 2011).

É importante afirmar que essa configuração territorial não é o espaço. Como afirma Santos (1996), “a configuração territorial tem sua existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente

lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS 1996, p.51). É esse conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações que vai formar esse espaço praticado, contraditório, onde se evidenciam as relações de poder e, logo, de dominação. Os conflitos políticos e ambientais, nos quais a política tem seu papel.

Essas relações proporcionaram ordem ou desordem quando não efetivadas coerentemente. Propostas de políticas públicas de soberania alimentar sabem dessa afirmação e por ser propulsora de mudanças sociais visa contribuir também para a manutenção e preservação de práticas locais.

Conforme a Nutricionista da Secretaria de Educação do Município de Baturité, a merenda escolar municipal é complementada não apenas com os produtos adquiridos pelo PAA, mas também pela compra direta e pelo CONSAD. O cardápio das escolas é montado conforme os hábitos alimentares da região, como é a proposta das discutidas políticas de soberania e segurança alimentar. Assim, os depoimentos adquiridos por meio de entrevistas e os quantificados a partir dos 39 questionários aplicados junto aos pequenos agricultores rurais, em setembro de 2010, foram comparados. Segundo os resultados observou-se que:

Café da Manhã: bolacha, bolo, chá, salgados, nata, ovos, pão, pão de milho, pão integral, café, melão, banana, mamão, leite, tapioca, cuscuz, vitaminas, caju

Almoço: Feijão, arroz, macarrão, farofa, tocinho, mamão, peixe, frango, verdura, ovos, carne de porco, carne de boi,

Lanche: frutas, café, pão, bolo, suco, papa de aveia, vitamina, queijos, doces, tapioca

Jantar: baião, peixes, carne, sopa, feijão, arroz, arroz com leite, cuscuz com leite, macarrão, peixe, verdura, carne, mingau, salada, leite, bolacha, frango assado, canja.

Esses gêneros alimentícios e pratos típicos são os elementos que compõem a merenda escolar local.

Diversos pequenos produtores familiares estão sendo incentivados a desenvolver a agricultura orgânica. Para o representante da Secretaria de Agricultura de Baturité, “seria muito bom que todos os nossos agricultores familiares praticassem a agricultura orgânica, mas muitos nem sabem como iniciar essa atividade” (Entrevista realizada em fevereiro de 2011).

Vale destacar que ainda não foi realizado um mapeamento por qualquer entidade sobre esses sujeitos sociais. As informações são ainda desconhecidas e se pautam somente nas afirmações desses pequenos produtores. No entanto, àqueles que se têm registro, cerca de 27 agricultores orgânicos, detêm sua produção em frutas como banana, acerola, manga e em hortaliças, cheiro-verde e cebolinha.

4 Considerações finais

A efetivação de um programa dessa natureza em um município encontra diversos entraves. Durante as entrevistas, pode-se apreender que o escoamento dos gêneros dentro do processo de recebimento e direcionamento às entidades possui problemas quanto ao transporte e também armazenamento. Desde o início do PAA em Baturité em 2009, através da modalidade de Compra Direta Local da Agricultura (CDLAF), a qual é estruturada por meio de um convênio entre o governo federal e o municipal, a rede dessa política funciona de modo centralizado na Secretaria de Agricultura do Município, tendo como local para armazenamento de alguns gêneros somente a Secretaria de Educação. Na maioria das vezes o repasse dos produtos ocorre de imediato às entidades, mas nessas uma nova situação se efetiva é o despreparo no que tange ao conhecimento por parte dos profissionais dessas entidades sobre o armazenamento e conservação de alimentos.

Como afirma Godoi (1998), é sobre esse espaço vivido “[...] transformando a natureza, que eles vão imprimir sua história e sua geografia no mundo. Para esses pequenos agricultores [...], é o trabalho técnico e simbólico sobre a natureza que vai ajudar na construção de uma identidade ancorada no pertencimento a um mesmo grupo” (GODOI, 1998, p. 102), onde acredita-se que políticas públicas bem direcionadas e detentoras de princípios

que apoiem a produção local e o uso do conhecimento popular são elementos fundamentais para conservação da cultura da agricultura familiar e a efetivação da segurança e da soberania alimentar.

5 Referências Bibliográficas

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

ABRAMOVAY, Ricardo – “1º Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia”. Banco do Nordeste, Fortaleza, 16 a 19 de novembro de 2003;

CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO da Silva, José. O novo rural brasileiro – EMBRAPA/EDUNICAMP – Campinas/Brasília, 2000.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CASTRO, Josué. Geografia da Fome. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Josué de Castro. Fome – um tema proibido. CASTRO, A. M. de. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço- Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GODOI, Emília Pietrafesa de. O Sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; NIEMEYER, Ana Maria de (Orgs.). **Além dos Territórios**: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas – SP: Mercado de Letras, 1998. p. 97-166.

MALUF, Renato Sérgio J. **Segurança Alimentar**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco A. F. **Caderno de Segurança Alimentar**, 2006. Disponível em: <www.dhnet.org.br>.

MATOS, K. S. L. de; VIEIRA, S. L. **Pesquisa Educacional**: o prazer de conhecer. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. (Coleção Magister).

OLIVEIRA, Sabrina Ionata de; OLIVEIRA, Kathleen Sousa. **Novas Perspectivas em Educação Alimentar e Nutricional**. In. PSICOLOGIA USP, São Paulo, outubro/dezembro, 2008, 19(4), 495-504